

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 59/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, os membros do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF) são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela.

O actual conselho de administração do INTF foi nomeado através da resolução n.º 38/2004 (2.ª série), de 10 de Abril, pelo período de três anos previsto para o respectivo mandato no n.º 1 do artigo 27.º do mesmo Decreto-Lei n.º 299-B/98.

Encontra-se vago, desde 13 de Dezembro de 2004, o cargo de vogal do referido conselho de administração, por renúncia ao mandato, o qual urge preencher até ao termo deste.

Assim:

Nos termos das alíneas *d)* e *g)* do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear o licenciado José António Aranha Antunes para o cargo de vogal do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário até ao termo do mandato do mesmo conselho de administração, ao abrigo do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro.

2 — Determinar a requisição do licenciado José António Aranha Antunes, ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, à CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

12 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Curriculum vitae

Nome — José António Aranha Antunes.

Morada — Rua de Mariano Pina, 3, 11.º, esquerdo, 1500-442 Lisboa. Estado civil — casado.

Bilhete de identidade n.º 9617, de 21 de Abril de 2004, do arquivo de identificação de Lisboa.

Data de nascimento — 29 de Maio de 1945.

1 — Habilitações

Curso superior de Economia, do ISCEF, concluído em 1971, com a classificação final de 13 valores.

Línguas — francês e inglês.

2 — Actividade profissional

Membro do Gabinete de Estudos da Secretaria de Estado da Economia de Angola, província onde cumpria o serviço militar nos anos de 1973-1974, tendo colaborado na elaboração do *Boletim do Comércio Externo Angola* e redigido o volume *Índice da Produção Industrial Angola*.

Professor do ensino secundário nas Escolas Técnicas de Veiga Beirão e de Ferreira Borges, no ano de 1975.

Ingresso na CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., em Janeiro de 1976, para o Serviço de Estudos da Direcção de Pessoal.

Nesta empresa transitou depois para a Direcção Financeira e para o Gabinete de Estudos e Planeamento.

Em 1988 foi nomeado chefe de serviço de Orçamento e Controlo de Custos da Direcção de Material.

Em Junho de 1991 foi nomeado membro da comissão instaladora de uma empresa afiliada da CP — a TEX — Transporte de Encomendas Expresso, L.^{da}, empresa da qual foi director financeiro no período de Janeiro de 1992 a Junho de 1993.

A partir desta data foi nomeado assessor do director-geral das Infra-Estruturas da CP, tendo sido encarregado de coordenar um grupo de trabalho que produziu um relatório sobre a separação das actividades de infra-estrutura e da operação de transporte.

Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas de Janeiro de 1996 a Abril de 1997, tendo feito parte da Comissão do Instituto Regulador do Transporte Ferroviário.

De regresso à CP, foi nomeado assessor do respectivo conselho de gerência, tendo desenvolvido a sua actividade na área da tarifação da infra-estrutura ferroviária.

De Novembro de 1998 a Setembro de 2003, passa a integrar o conselho de gerência da CP (resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 190-R/98 e 203-R/2000, de 28 de Outubro e 24 de Agosto, respectivamente), tendo a seu cargo a matéria acima referida, bem como a unidade de transporte de passageiros de longo curso e regional, o *marketing* e o sistema de qualidade.

Acumulou a presidência do conselho de gerência da TEX — Transporte de Encomendas Expresso, L.^{da}, no período de Abril de 2000 a Dezembro de 2003, tendo coordenado o processo de reestruturação desta empresa.

Actualmente é assessor do conselho de gerência da CP.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 19 494/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, subdelego, com faculdade de subdelegação, no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, os poderes que me são delegados pela referida disposição legal, relativamente aos assuntos correntes da Administração Pública, no âmbito dos serviços e organismos sob a direcção, superintendência e tutela deste membro do Governo, salvo os referidos no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes subdelegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 495/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego, com faculdade de subdelegação, no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, os poderes que me são conferidos pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no âmbito dos serviços e organismos sujeitos à direcção, superintendência e tutela deste membro do Governo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 496/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, delego no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, com a faculdade de subdelegação, os poderes que me são conferidos, relativamente à Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações:

- Pelo n.º 5 do artigo 20.º da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/88, de 20 de Agosto.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 497/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, delego no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, a competência para a concessão de subsídio de alojamento a atribuir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Instituto Português da Juventude

Despacho n.º 19 498/2005 (2.ª série). — Na sequência da publicação no *Jornal de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 19 de Maio de 2005 da oferta para selecção de um licenciado para o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro, verificados os requisitos legais para o provimento dos lugares de direcção intermédia do 1.º grau, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e face ao *curriculum vitae* que se publica em anexo, foi seleccionado para exercer o cargo de director do Depar-

tamento Administrativo e Financeiro o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Considerando que o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude (IPJ) se encontra vago e que até à publicação do novo diploma orgânico do IPJ se torna necessário preencher o referido lugar, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o exercício daquele cargo o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2005.

11 de Agosto de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldes*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — José António Monteiro da Cunha;
Nascido em 20 de Novembro de 1960;
Nacionalidade — portuguesa;
Naturalidade — Mafra, concelho de Mafra;
Morada — Rua de Vasco da Gama, 14, 2.º, esquerdo, 2890-093 Alcochete.

Habilitações académica:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na menção de Ciências Jurídico-Políticas; Pós-graduado em Estudos Europeus (vertente Jurídica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo Instituto Superior de Tecnologia Empresarial;
Diplomado com o curso de administração autárquica pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Experiência profissional:

Ingressou na Câmara Municipal de Almada como funcionário administrativo em 1980;
Foi chefe da Divisão Administrativa e Financeira e notário privativo da Câmara Municipal do Alvito de 31 de Julho de 1990 a 5 de Julho de 1992;
Foi director do Departamento Administrativo e Financeiro e notário privativo da Câmara Municipal do Montijo de 6 de Julho de 1992 até 17 de Julho de 2003;
Foi director do Departamento de Gestão Financeira e responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Cascais até 27 de Setembro de 2004;
Foi director do projecto do Aeródromo de Cascais até 22 de Agosto de 2005;
É técnico superior assessor principal (jurista) do quadro privativo da Câmara Municipal de Cascais.

Formação profissional:

Curso de preparação pedagógica de formadores (DGAP), titular do certificado de aptidão profissional (CAP) do IEFP número EDF 23 841/2001-DL, válido até 3 de Dezembro de 2006;
Formador de dirigentes e técnicos superiores da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, do Centro de Estudos e Formação Autárquica, da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, do Instituto Americano de Estudos da Comunicação, e da Direcção-Geral de Viação, nas áreas de direito administrativo, direito financeiro e orçamental, direito notarial, direito registral e contencioso administrativo.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 666/2005. — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional acarreta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, designadamente na dina-

mização da intervenção nacional nos organismos internacionais a que pertence. No domínio da transparência da Administração Pública e da desejável dinamização da informação dos cidadãos sobre as políticas públicas, nacionais e comunitárias, verifica-se a necessidade de continuar a contar com um elemento experiente e especializado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, necessidade que não pode ser satisfeita através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justifica a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando um lugar indispensável.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existente de cobertura orçamental.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

MAPA

Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal especializado (categoria — conselheiro de imprensa)	1
<i>Total</i>	1

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 667/2005. — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado, para exercer o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rui António Ferreira da Cunha, cujo currículo se publica em anexo, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Santa Maria, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na SCML como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Curriculum

Nome — Rui António Ferreira da Cunha.
Nascido em Lisboa em 23 de Outubro de 1944.
Casado.

Actividade profissional, social e política:

Funcionário público do quadro do Hospital de Santa Maria desde 19 de Novembro de 1964, com a categoria de técnico superior de 1.ª classe;
Director da Casa de Pessoal do Hospital de Santa Maria em 1973;
Membro da comissão de gestão do Hospital de Santa Maria em 1974 e 1975;
Fundador do Secretariado Nacional dos Hospitais em 1974 e seu dirigente em 1974 e 1975;
Vogal da direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde de 1985 a 1989;